



## Formação profissional e método crítico: a experiência da UFPA-Breves no Marajó

Professional training and critical method: the experience of UFPA-Breves in Marajó

**Francielma Lopes Nogueira\***

 <https://orcid.org/0009-0000-8869-0349>

**Christiane Pimentel e Silva\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-7067-4495>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a articulação entre o método crítico-dialético e a formação profissional no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará em Breves (FACSS-Breves), com base no Projeto Ético-Político Profissional (PEPSS). A pesquisa, de natureza qualitativa e quantitativa, fundamentou-se no materialismo histórico-dialético e combinou análise documental do Projeto Pedagógico do Curso com as entrevistas semiestruturadas realizadas em 2024 com oito egressos. Os resultados demonstram que essa articulação se efetiva por meio de um currículo intencional, que inclui disciplinas de contextualização regional, uma sequência de fundamentos históricos e teóricos da profissão e estágios supervisionados. A percepção dos egressos evidencia que a formação recebida os qualificou para realizar leituras críticas da realidade, tensionar limites institucionais e atuar com compromisso ético-político junto à classe trabalhadora no Arquipélago do Marajó. Conclui-se que o currículo da FACSS-Breves é determinante para a consolidação de um Serviço Social crítico na Amazônia, ainda que persistam desafios de ordem estrutural.

### PALAVRAS-CHAVE

Formação profissional; Projeto ético-político; Materialismo histórico-dialético; Serviço social; Marajó.

### ABSTRACT

This article aims to analyze the connection between the critical-dialectical method and professional training in the Social Work course at the Federal University of Pará in Breves (FACSS-Breves), based on the Professional Ethical-Political Project (PEPSS). The research, of a qualitative and quantitative nature, was grounded in historical-dialectical materialism and combined documentary analysis of the Course Pedagogical

---

\*Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA, Breves, Brasil). E-mail: [franciemailopes72@gmail.com](mailto:franciemailopes72@gmail.com)

\*\*Professora. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, (UFPA, Breves, Brasil). Docente de Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA, Breves, Brasil). E-mail: [lilachris@gmail.com](mailto:lilachris@gmail.com)

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p138-151



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Project with semi-structured interviews conducted in 2024 with eight graduates. The results demonstrate that this connection is realized through an intentional curriculum, which includes courses on regional contextualization, a sequence on the historical and theoretical foundations of the profession, and supervised internships. The graduates' perceptions show that the training they received qualified them to perform critical readings of reality, challenge institutional limits, and work with an ethical-political commitment to the working class in the Marajó Archipelago. It is concluded that the FACSS-Breves curriculum is crucial for the consolidation of a critical Social Work practice in the Amazon, even though structural challenges persist.

#### KEYWORDS

Professional training; Ethical-political project; Dialectical historical materialism; Social work; Marajó.

### Introdução

A formação profissional em Serviço Social constitui-se como locus privilegiado de disputa de distintos projetos societários, na medida em que pode estar vinculada ao fortalecimento do capital ou aos interesses da classe trabalhadora, que sobrevive da venda de sua força de trabalho em um sistema capitalista que expropria sua dignidade humana (Fonseca, 2016). Nesse cenário, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social (PEPSS) emerge orientado pela defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora e por um projeto societário antagônico à ordem do capital.

O PEPSS tem sua centralidade fundamentada no método do materialismo histórico-dialético, fornecendo o substrato teórico-metodológico para a compreensão crítica da totalidade social e de suas múltiplas determinações, habilitando o profissional para intervir na realidade concreta para além de sua aparência imediata (Netto, 2015).

A materialização do PEPSS no processo formativo, contudo, não é abstrata; ela se dá em contextos regionais específicos, com particularidades e desafios concretos. A Faculdade de Serviço Social de Breves da Universidade Federal do Pará (FACSS-Breves/UFGPA)<sup>1</sup>, única unidade pública de formação na região do Arquipélago do Marajó, no Pará, enfrenta o desafio de formar profissionais críticos em um território marcado por acentuadas desigualdades sociais, expressas na precariedade de políticas públicas e em uma formação socioeconômica peculiar<sup>2</sup>.

Diante desse contexto, este artigo objetiva analisar como a formação em Serviço Social da FACSS-Breves, orientada pelo PEPSS, qualifica a prática profissional de seus egressos no Arquipélago do Marajó. Para tanto, busca apreender a percepção dos egressos sobre: a) como a assimilação do PEPSS e do método crítico em sua formação influencia sua capacidade de realizar uma leitura crítica da realidade e intervir nas expressões da questão social; e b) de que modo essa base teórico-metodológica os/as habilita para tensionarem os limites institucionais e afirmarem um fazer profissional alinhado às atribuições privativas previstas na Lei n. 8.622/1993 (Brasil, 1993).

---

<sup>1</sup> A Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó-Breves da Universidade Federal do Pará (FACSS-Breves/UFGPA) foi criada em 2009, no contexto da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

<sup>2</sup> A própria instituição vive contradições internas, com a reduzida quantidade de docentes e a sobrecarga de trabalho, que tensionam a efetivação de uma formação plenamente alinhada ao projeto profissional crítico.

A discussão aqui apresentada origina-se de duas pesquisas vinculadas: o projeto institucional “Fundamentos do Serviço Social: memórias, contextos e tendências da profissão no Marajó (MEFSS-Marajó)” e o TCC (subprojeto) “Perfil profissional e formação crítica de assistentes sociais: contribuição da FACSS-Breves no Marajó”. Em função dos limites de extensão, o texto priorizará a análise das atribuições privativas, não esgotando outras dimensões investigadas, como as competências profissionais. Cumprindo a Resolução CNS n.º 510/2016, o projeto principal foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) via Plataforma Brasil (CAAE: 80410224.9.0000.0018; Parecer n.º 6.920.380 de 30/06/2024).

O percurso metodológico caracteriza-se como qualitativo e quantitativo, ancorado no materialismo histórico-dialético como ferramenta de análise da realidade. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas principais: a) revisão bibliográfica sobre o PEPSS, as Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico da FACSS-Breves; e b) pesquisa de campo com a aplicação de entrevista semiestruturada a oito egressos/as das primeiras (ingressantes em 2009 e 2010) e últimas turmas (ingressantes em 2016 e 2017) do curso, com experiência profissional, selecionados por amostragem sistemática e aleatória simples.

Para garantir o anonimato dos sujeitos da pesquisa, foram adotados pseudônimos que correspondem a nomes de municípios do Arquipélago Marajoara, a saber: Afuá, Anajás, Bagre, Gurupá, Melgaço, Muaná, Portel e Soure. As entrevistas, realizadas entre julho e setembro de 2024, visaram captar a percepção dos/as profissionais sobre a formação recebida e sua articulação com o exercício profissional.

Um dos instrumentos de coleta consistiu na apresentação aos egressos do artigo 5º (atribuições privativas) da Lei n.º 8.662/1993 (Brasil, 1993), solicitando-lhes que identificassem quais incisos desenvolviam em sua prática cotidiana e descrevessem como essa execução se concretizava. Essa estratégia permitiu mapear objetivamente a materialização do núcleo de atribuições privativas profissionais e, ao mesmo tempo, captar a percepção subjetiva e qualificada sobre o fazer profissional.

O artigo estrutura-se, para além desta introdução, em três seções principais. Na primeira, discorre-se sobre os fundamentos do PEPSS e a influência do método materialista histórico-dialético na formação profissional. A segunda seção apresenta a análise dos dados empíricos, articulando a formação recebida na FACSS-Breves com a prática profissional dos egressos no Marajó. Por último, as considerações finais sintetizam os principais resultados e reflexões decorrentes do estudo.

### **O materialismo histórico-dialético como fundamento do PEPSS**

A gênese e a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional (PEPSS) estão intrinsecamente vinculadas à adoção do método marxiano pelo Serviço Social brasileiro. Este processo, gestado no contexto de redemocratização do país e de lutas da classe trabalhadora, representou uma ruptura com as perspectivas conservadoras e modernizadoras que até então orientavam a profissão. Conforme demonstra Netto (2010),

foi o movimento de intenção de ruptura que, ao promover uma crítica sistemática ao conservadorismo tradicional, pavimentou o caminho para a construção de um novo projeto profissional. Esse projeto, forjado nas décadas de 1970 e 1980 e consolidado nos anos 1990, elegeu a teoria social de Marx como seu substrato nuclear, vinculando à profissão um projeto societário transformador e anticapitalista (Abramides, 2006).

Essa ruptura com o conservadorismo materializou-se em instrumentos normativos que reorientaram a formação e o exercício profissional, explicitando a adoção da teoria social crítica. Durante a década de 1990, emergiram como marcos decisivos: em 1993, a promulgação da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993) e o Código de Ética Profissional (CEP), seguidos pela aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS em 1996. O código de ética, em especial, rompeu com a hegemonia conservadora ao centralizar a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio a todas as formas de preconceito e opressão, refletindo o compromisso com a liberdade e a emancipação humana (Brasil, 2012). Conforme explica Netto (2015, p. 15–16), o PEPSS “vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”.

A operacionalização desse projeto na prática profissional se dá por meio de uma tríade de competências indissociáveis: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essa tríade é a expressão concreta do método na ação profissional. A competência teórico-metodológica possibilita a leitura da realidade para além da aparência dos fenômenos, pois as expressões da questão social não são compreendidas isoladamente, mas como um aspecto de uma totalidade social mais ampla; a competência técnico-operativa refere-se ao âmbito da efetividade, da ação, dos meios, e seu resultado é a alteração da realidade; e a competência ético-política condiz com a teleologia emancipatória que direciona o trabalho profissional (Santos, 2005). É a articulação entre essas três dimensões que confere sustentação a um fazer profissional crítico e alinhado ao PEPSS, superando tanto o teorismo estéril quanto o pragmatismo vazio (Iamamoto, 2000).

O método materialista histórico-dialético permite ao assistente social ultrapassar a aparência imediata das demandas que chegam ao seu cotidiano e apreender as múltiplas determinações da questão social. Isso significa que a investigação e a análise crítica precisam apreender as expressões da questão social em sua totalidade, identificando que a demanda explícita trazida pelo sujeito muitas vezes encobre outras necessidades profundas, todas inerentes às contradições do modo de produção capitalista (Guerra, 2009). Essa mesma compreensão foi relatada pelo egresso Melgaço (2024): “chega pra gente uma determinada situação específica, mas aí você não deve se prender só àquilo, você tem que enxergar além daquilo, além do horizonte”.

Essa perspectiva de totalidade é fundamental para que o profissional não se perca na fragmentação imposta pelas rotinas institucionais e pela própria manifestação parcelar da questão social. Iamamoto (2000) adverte que, sem uma competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, o profissional pode cair na armadilha de um fazer alienado, reforçador da ordem vigente. O método fornece, assim, o instrumental para que o assistente social realize mediações essenciais, articulando a universalidade da sociedade

de classes com as particularidades da formação social brasileira e as singularidades da vida dos usuários.

É essa mesma fundamentação que capacita o profissional a tensionar os limites institucionais. Ao compreender a realidade em sua processualidade e contradições, o assistente social adquire subsídios para propor, negociar e defender, no âmbito de suas instituições, projetos de trabalho que ultrapassem as meras respostas imediatistas. Conforme exemplifica a egressa Anajás (2024), “embora o espaço institucional estabeleça limites, nós temos que ter domínio suficiente dessas dimensões para que a gente possa ultrapassar esses limites”. Dessa forma, o método não é apenas um referencial de análise da realidade, mas um instrumento de luta e de afirmação cotidiana do projeto profissional crítico.

### **A formação profissional na FACSS-Breves: articulação entre método, diretrizes e realidade regional**

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da FACSS-Breves, em sua versão de 2017<sup>3</sup>, explicita seu alinhamento ao PEPSS ao instituir uma estrutura curricular que articula de forma indissociável a tríade de competências — teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa — com uma leitura crítica da realidade amazônica e marajoara. Esta intencionalidade formativa concretiza-se na adesão aos marcos normativos da categoria, e, sobretudo, na organização do curso em núcleos de fundamentação que priorizam a apreensão da totalidade social, o exame das particularidades do capitalismo na região e a capacitação para uma intervenção profissional qualificada.

O perfil do egresso almejado pelo curso é o de um profissional capaz de formular e implementar propostas de enfrentamento às expressões da questão social, promovendo a plena cidadania a partir de um compromisso com a classe trabalhadora regional (FACSS, 2017). Dessa forma, a formação concebida pelo PPC visa transcender um viés tecnicista, vinculando-se a um projeto societário emancipatório.

Um dos pilares das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2022) incorporado pelo PPC é a flexibilidade na organização dos currículos, o que permitiu à FACSS-Breves particularizar seus componentes curriculares que dialogam com as urgências da realidade amazônica e marajoara. Essa contextualização se materializa por meio de disciplinas obrigatórias específicas, como “Formação Socioeconômica e Política do Marajó”, “Questão Urbana e Rural na Amazônia” e “Movimentos sociais no Brasil e na Amazônia”, além de optativas, a exemplo de “Trabalho e Questão Social na Amazônia” (FACSS, 2017, Anexos I e III).

Conforme atestam os egressos, esses conteúdos foram fundamentais para sua atuação. O egresso Melgaço (2024) salienta que tais disciplinas permitiram compreender que “as políticas públicas [...] são implantadas de forma vertical” e que “uma política pública que funciona no Sul, no Sudeste, dificilmente vai funcionar aqui no Norte [...] porque é outra

---

<sup>3</sup> O atual Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Campus Universitário do Marajó-Breves foi aprovado pela Resolução CONSEPE UFPA n.º 4.910, de 21 de março de 2017.

realidade”. Essa compreensão da singularidade regional é essencial para uma intervenção profissional não alienada do território, pois habilita o assistente social para realizar uma leitura crítica da realidade local. Dessa forma, o profissional torna-se apto a elaborar e implementar políticas públicas que de fato atendam às reais necessidades da população, considerando os desafios e potencialidades concretas do contexto em que atua.

A materialização do método crítico-dialético no cotidiano acadêmico efetiva-se, sobretudo, pela concretização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Previsto nas Diretrizes da ABEPSS e no PPC da FACSS, esse princípio promove uma formação crítica e reflexiva ao articular a universidade com a sociedade. Dos oito egressos entrevistados, seis participaram de projetos de pesquisa e extensão durante a graduação, o que lhes proporcionou vivências que integravam teoria e prática ainda na formação acadêmica. Essa tríade opera como eixo formativo que visa superar a mera transmissão de conteúdos, favorecendo a investigação da realidade concreta e a construção de respostas profissionais contextualizadas.

O currículo do curso, em consonância com a ABEPSS, organiza-se em núcleos de fundamentação — o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, o Núcleo de Fundamentos da Formação Socio-Histórica da Questão Social e o Núcleo de Fundamentos do Processo de Trabalho —, garantindo uma continuidade pedagógica que visa à compreensão da totalidade e da particularidade, o entendimento do significado social da profissão, bem como a apropriação de instrumentos e técnicas de intervenção. Esse desenho curricular busca assegurar o compromisso ético-político da formação.

A efetividade dessa formação reflete-se na percepção dos egressos, que apontam o desenvolvimento da capacidade de investigação e análise crítica da realidade como um legado central de sua passagem pela FACSS-Breves. Eles relatam utilizar essa capacidade para desvelar as múltiplas determinações das demandas que chegam aos seus espaços socio-ocupacionais. A egressa Muaná (2024) explica que “a questão de investigação e análise crítica ela está dentro do nosso cotidiano”, ao buscar compreender as causas profundas de uma evasão escolar ou de uma violação de direitos. De forma semelhante, o egresso Soure (2024) utiliza instrumentos como o questionário socioeconômico para, a partir das falas dos usuários, assimilar “o que está por trás das coisas que estão acontecendo com ele”, indo além da demanda imediata, decifrando os aspectos não aparentes que estão intrínsecos a uma determinada demanda.

Essa habilidade de leitura da totalidade é constantemente associada pelos egressos ao conceito de “totalidade”, trabalhado de forma recorrente durante a graduação. Demonstram, em seus relatos, que a formação os capacitou para compreender o sujeito para além do fragmento da vida apresentado no atendimento, identificando demandas implícitas e articulando-as com a totalidade das relações sociais. Tal competência revela-se fundamental para que o profissional não se perca na fragmentação das políticas setoriais e possa formular intervenções que considerem efetivamente a complexidade da vida dos usuários.

Os depoimentos revelam que a formação recebida os capacitou tecnicamente e os instigou a um posicionamento político-profissional constante. A egressa Anajás (2024) sintetiza

esse compromisso ao afirmar que, mesmo inserida em uma política gerida por um Estado neoliberal, seu compromisso “com a classe trabalhadora deve permanecer sempre o mesmo”, o que exige domínio das três dimensões da prática profissional para “ultrapassar esses limites institucionais”. Dessa forma, a formação crítica configura-se como um processo contínuo, iniciado na graduação e permanentemente renovado no exercício profissional, que capacita o assistente social a negociar e tensionar os espaços socio-ocupacionais em defesa dos direitos da classe trabalhadora e do projeto ético-político profissional.

### **A materialização do método na prática profissional: percepções dos egressos**

A formação crítica dos egressos da FACSS-Breves materializa-se concretamente no exercício das competências e atribuições privativas previstas na Lei de Regulamentação da Profissão. Para evidenciar esta articulação, a pesquisa investigou, por meio de questionamentos diretos, como os profissionais desenvolvem na prática as atividades previstas no Artigo 5º (atribuições privativas) da Lei n.º 8.662/1993 (Brasil, 1993). Aos egressos foi solicitado identificar quais incisos aplicavam em seu cotidiano laboral, bem como descrever o modo de execução dessas ações, o que permitiu captar a materialização do núcleo profissional em sua prática concreta.

Matos (2015, p. 680) afirma que a concepção de profissão que possui como horizonte o PEPS — a qual “[...] se forja na ruptura com o conservadorismo” — ganha materialidade nas competências profissionais e atribuições privativas de assistentes sociais. Estas, por sua vez, conferem o caráter específico de sua atuação e delineiam o perfil profissional exigido. As atribuições privativas consistem em prerrogativas exclusivas, ou seja, atividades que somente assistentes sociais podem desenvolver. As competências, por outro lado, correspondem às ações passíveis de realização por profissionais de outras áreas, embora algumas delas também integrem o campo de atuação do Serviço Social. Matos (2015), ao citar o parecer de Terra (1998), explica que as repetições de competências listadas entre as atribuições privativas indicam que estas se consolidam como exclusivas do/a assistente social.

Os dados da pesquisa demonstram que os egressos desenvolvem um leque significativo dessas atividades, com destaque para ações de planejamento, organização e administração de programas e projetos (Inciso II, Art. 5º), bem como para a direção de serviços técnicos (Inciso XII, Art. 5º) — esta última citada por seis dos oito entrevistados.

A execução de atribuições complexas, como a de prestar “assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social” (Inciso III, Art. 5º), foi relatada pelo egresso Bagre (2024), que atua na Assembleia Legislativa, evidenciando a capacidade de fundamentar posicionamentos com base no conhecimento teórico-metodológico específico da profissão:

Eu sou analista da Assembleia Legislativa, [...] na minha área de formação em Serviço Social. Então eu acho que [...] de certo modo em algumas demandas eu acabo prestando uma assessoria e consultoria aos parlamentares. [...] que no caso

seria pra administração pública, [...] em assuntos que são correlatos à minha área de formação. Por exemplo [...] quando parlamentares fazem visitas institucionais [...], sempre acompanho, a gente [...] contribui [...] Esclarecendo alguns pontos que não é de conhecimento deles. Colocamos o ponto de vista da profissão [...] E até da própria política em si pra que eles tenham [...] esclarecimentos, tenham condição de fazer avaliação da política e daquela unidade que os serviços são prestados e a partir daí [...] na condição de parlamentar ter a sua iniciativa, ter a sua atuação parlamentar da melhor forma possível a partir da nossa orientação e da assessoria e da consultoria (Entrevistado BAGRE, 2024).

Diante do exposto, nota-se como o referido egresso efetiva sua atribuição privativa, demonstrando a relevância de sua atuação nesse espaço. Consolida-se como profissional com domínio teórico e prático necessário para prestar serviços de assessoria e consultoria, contribuindo para orientar outros agentes públicos que atuam diretamente na formulação e proposição de políticas públicas em assuntos relacionados ao Serviço Social. Embora a assessoria e consultoria constituam um espaço de intervenção ainda em consolidação para o Serviço Social (Goerck; Viccari, 2004), e pouco explorado pela categoria, representam, segundo o CRESS da 10ª Região (1999, p. 68), um instrumento de trabalho que oportuniza “acompanhar processos de trabalho da organização e/ou de grupos, apontando possibilidades, limites, alternativas no projeto pretendido. Deve contribuir para a leitura da realidade, o que facilita traçar o planejamento”.

Além da assessoria e consultoria, o egresso também desempenha, em seu cotidiano de trabalho, atividades compatíveis com o inciso IV, Art. 5º da Lei 8.662/1993: “realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social” (Brasil, 1993). Atuando no Departamento de Comissões da Assembleia Legislativa — setor responsável pela elaboração de pareceres e análises técnicas que fundamentam os votos dos deputados relatores de projetos de lei —, destacou o papel técnico do assistente social nas comissões de mérito, nas quais realiza a análise e redação de pareceres de opinião técnica especializada para amparar o voto oficial do parlamentar. Nessa atribuição, ressaltou possuir autonomia em sua análise técnica, explicando tratar-se de uma via de mão dupla, uma vez que o deputado também não é obrigado a acatá-la. Nessa dinâmica, decorrem situações em que são solicitados ajustes e quando tais solicitações contrariam os princípios éticos de sua formação e profissão, seu posicionamento torna-se técnico, ético e político, recusando-se a realizar a alteração.

Esse posicionamento profissional revela sua compreensão aprofundada das dimensões de sua atuação e da importância de posicionar-se criticamente para defendê-las e assegurar sua efetividade diante das situações postas no cotidiano profissional. A manifestação de opinião técnica descrita pelo referido egresso — que pode ser expressa verbalmente ou por escrito — evidencia que a elaboração de documentos vinculados às atribuições privativas e competências do assistente social reflete sua área de conhecimento e revela a direção do PEPSS que os orienta (CFESS, 2022), requerendo a materialização indissociável das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Outra entrevistada, Afuá (2024), que atua na política pública de saúde, ao discorrer sobre o inciso XII — “planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de Serviço Social” —, descreveu que um dos principais desafios enfrentados pelo assistente

social é o reconhecimento de seu trabalho por parte de outros profissionais da saúde. Frequentemente, essa dificuldade decorre de visões equivocadas sobre as atribuições da profissão. Para enfrentar esse obstáculo, destaca a importância de delimitar com clareza o fazer profissional desde o planejamento das ações, mesmo em equipes multiprofissionais. Dessa forma, a egressa exemplifica a aplicação do inciso XII do Art. 5º da Lei 8.662/1993<sup>4</sup>, como revela o fragmento a seguir:

Mesmo na “ponta” a gente planeja [...] o nosso serviço durante o ano. Então a equipe se junta para fazer esse planejamento. Aí planeja todo o nosso serviço e atualiza os nossos protocolos de fluxograma do serviço para não se misturar com as outras categorias. Mesmo a gente trabalhando em equipe multi. Mas precisa deixar [...] bem claro o que é o nosso fazer, porque senão a gente vai fazer tudo (Entrevistada AFUÁ, 2024).

A abordagem da egressa, enfatizando a importância do planejamento na atuação profissional, demonstra que planejar, para além de ser indispensável à execução dos serviços, é essencial para delimitar o fazer do Serviço Social desde a fase inicial de qualquer ação a ser desenvolvida. Assim, demarcando com precisão e propriedade a defesa de seu fazer profissional e distinguindo-o das demais atividades que são de outras áreas de formação, mesmo que seja trabalho desenvolvido em equipe multidisciplinar, este posicionamento é indispensável para a defesa do fazer exclusivo do Serviço Social.

A entrevistada Anajás (2024) também destacou a execução das atribuições privativas de planejamento, organização e direção de programas e projetos no CREAS onde atuava. Explicou que o trabalho precisa ter identidade profissional e, ao mesmo tempo, ser pautado por um planejamento anual — o qual incorpora as campanhas municipais e nacionais —, organizado e sistematizado em conjunto com a equipe de Serviço Social. O planejamento, mencionado tanto por Anajás quanto por Afuá em seus respectivos cotidianos profissionais, adapta-se às particularidades de cada espaço socio-ocupacional. Nesse sentido, Santos (2005) afirma que planejar tem como objetivo “elaborar estratégias, instrumentos, técnicas e conhecimento” com intuito de desvelar a “realidade e intervir nas refrações da questão social” advindas das condições de vida dos usuários.

O entrevistado Soure (2024), que atua em um hospital municipal, expôs uma contradição em sua prática profissional: embora tenha ciência de que sua atribuição privativa é a de “dirigir serviços técnicos de Serviço Social”, vê-se obrigado a desempenhar a regulação de pacientes para outros municípios, função que reconhece como alheia à sua competência. Expõe que as chefias do hospital insistem em direcionar sistematicamente o assistente social para essa tarefa, como se fosse sua atividade principal no espaço socio-ocupacional. O reconhecimento, por parte do egresso, de suas competências e atribuições permite inferir que o profissional possui habilidades e conhecimentos para realizar intervenções mais aprofundadas, de acordo com sua área de formação, abarcando demandas que passam despercebidas por outros profissionais. No entanto, essa potencialidade esbarra nos limites institucionais (Faleiros, 1997).

---

<sup>4</sup> (II) –planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; (XII) – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas (Brasil, 1993).

Os demais entrevistados — Muaná, Gurupá, Melgaço e Portel — identificaram, entre os incisos do Art. 5<sup>º</sup>, pelo menos 1 (um) dos seguintes como base de sua atuação profissional: I, II, VI, X, XI, XII e XIII. A baixa frequência do inciso VI (supervisão de estagiários) entre as atribuições exercidas pelos egressos, citado apenas três vezes, indica um possível desafio institucional. Essa atividade é fundamental na formação, pois constitui o primeiro contato direto do estudante com a realidade profissional, permitindo a articulação entre teoria e prática sob orientação supervisionada.

A análise dos depoimentos permite identificar uma tríade dialética que estrutura a prática profissional dos egressos: a leitura crítica da realidade, a capacidade de tensionamento institucional e a defesa intransigente de direitos. Esta tríade operativa é a expressão concreta do método crítico-dialético no cotidiano de trabalho. Um exemplo elucidativo foi fornecido pela egressa Portel (2024), ao relatar sua atuação no enfrentamento à violência sexual infantojuvenil. Ela descreveu o acompanhamento da família no CREAS, diante da rede de proteção, incluindo sua atuação direcionada junto aos diversos atores (como a escola). Sua fala sintetiza uma leitura crítica da violência enquanto fenômeno multifacetado, o tensionamento institucional ao mobilizar e articular diferentes equipamentos da rede, e a defesa de direitos ao assegurar que a criança ou adolescente tenha seu direito à proteção integral efetivado por meio de um acompanhamento sistemático e não fragmentado.

A partir da apresentação da maneira pela qual as atribuições privativas do Serviço Social se materializam no cotidiano profissional dos/as egressos/as da FACSS-Breves e quais são as mais recorrentes, é possível inferir que possuem capacidade para tensionar as estruturas institucionais. Essa competência, uma das máximas expressões da capacidade crítica do profissional, é frequentemente mediada pela relação dialética entre a teoria apreendida na formação e as demandas da prática. Essa base teórica consolida-se ao longo de cinco disciplinas dedicadas aos Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social (FHTM), as quais se expressam como eixo articulador que perpassa diferentes componentes formativos, integrando os núcleos de fundamentação ao relacionar o trabalho profissional, as relações sociais e as manifestações da questão social. Simultaneamente, a operacionalização desse referencial se efetiva por meio de três disciplinas de “Laboratórios de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social” e de três semestres de “Estágio Supervisionado”, que totalizam 480 horas (UFPA, FACSS, 2017).

Os egressos não se furtaram a contestar as lógicas que tentam restringir sua atuação a um caráter meramente técnico e paliativo. Conforme enfatizado pela egressa Anajás (2024), o profissional que domina as três dimensões do trabalho “consegue fazer um trabalho de fato efetivo” e é capaz de “transcender as barreiras postas pela instituição”. Essa competência para negociar e propor alternativas no âmbito organizacional — tal como

---

<sup>5</sup> (VI) - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; (XIII) - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

definida por Iamamoto (2000) — revela que a formação crítica os habilitou para resistir à acomodação e ao pragmatismo.

Em contextos marcados por profundas desigualdades regionais, como o Marajó, tal preparo torna-se um diferencial decisivo. Os egressos demonstraram consciência sobre o caráter frequentemente centralizado das políticas públicas, elaboradas sem a devida consideração pelas especificidades logísticas, culturais e socioeconômicas locais. Melgaço (2024) destacou que, por meio de componentes formativos com enfoque regional, construiu a compreensão de que os recursos públicos destinados se mostram, com frequência, insuficientes frente à realidade de um território onde o transporte é majoritariamente fluvial. Essa compreensão crítica da territorialidade permite aos assistentes sociais atuar para além da mera execução de políticas, problematizando seus formatos e propondo adaptações que as tornem efetivas em contextos singulares.

Além disso, a formação recebida se mostrou fundamental para o exercício de um trabalho em rede e multiprofissional, essencial para enfrentar a complexidade da questão social na região. A egressa Muaná (2024) exemplifica essa articulação ao relatar a importância de chamar parceiros da educação, da saúde ou do acolhimento institucional para intervir conjuntamente em casos de maior complexidade. Ela afirma que “a situação é essa, existe uma questão social e ela vai se espalhar para diversas áreas”, o que exige uma atuação integrada. Essa percepção evidencia que a leitura da totalidade, proporcionada pelo método crítico-dialético, capacitou-os a identificar a necessidade de respostas igualmente totais e articuladas.

Os relatos confirmam ainda que a formação baseada no método crítico-dialético os tornou agentes ativos na consolidação do PEPSS no território. Mais do que meros executores de políticas, são profissionais que, a partir de sua *expertise* e posicionamento ético e político, influenciam a qualidade dos serviços prestados e fortalecem a luta por direitos, desafiando as rotinas estabelecidas quando necessário. Sua atuação, desenvolvida majoritariamente nos municípios do arquipélago, representa a materialização viva do projeto profissional crítico na Amazônia, contribuindo para que o Serviço Social cumpra seu papel histórico de defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora, mesmo em contextos estruturalmente adversos.

### **Considerações finais**

A investigação realizada permitiu concluir que a FACSS-Breves/UFGA tem logrado formar profissionais de Serviço Social com um perfil crítico e alinhado aos princípios do Projeto Ético-Político Profissional. Tanto a análise do Projeto Pedagógico do Curso quanto os depoimentos dos/as egressos/as demonstram que o curso consegue articular, por meio de suas estratégias de ensino, pesquisa e extensão, uma formação que fornece os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos necessários para uma intervenção qualificada, apesar de um contexto de crescente contradição e precarização estrutural.

A atuação majoritária desses profissionais nos municípios do arquipélago marajoara explicita a relevância da faculdade na consolidação de um Serviço Social crítico na região.

Com formação de profissionais comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, com uma intervenção analítica crítica das expressões da questão social do território marajoara, contribui para a formulação, execução e avaliação de políticas públicas sensíveis às particularidades locais.

O êxito relativo dessa formação deve-se, em grande medida, à centralidade do método do materialismo histórico-dialético como eixo estruturador do processo de ensino-aprendizagem, o que se verifica no desenho curricular, com seu núcleo de fundamentação teórico-metodológica, suas disciplinas voltadas à compreensão da realidade regional e a carga horária dedicada ao estágio supervisionado. Foi esse referencial, sistematizado academicamente e vivenciado nas diversas atividades do ensino, pesquisa e extensão, que capacitou os egressos para a leitura da totalidade social, permitindo-lhes compreender as múltiplas determinações da questão social para além de suas expressões imediatas e fragmentadas.

A percepção dos entrevistados sobre a importância de “enxergar além do horizonte” e de articular teoria e prática como unidades indissociáveis expressa concretamente a assimilação desse método, orientando uma atuação profissional que busca ser transformadora, mesmo nos limites da ordem societária vigente, por meio da associação entre o acúmulo teórico adquirido no processo formativo e as intervenções exigidas no cotidiano profissional, criando, desse modo, respostas fundamentadas e contextualizadas diante das demandas postas.

Não se pode, contudo, desconsiderar os limites e desafios inerentes a esse processo formativo. A pesquisa identificou lacunas pontuais, como o desenvolvimento menos frequente de atribuições privativas específicas (como a supervisão de estágio e a produção de pareceres técnicos complexos) e de competências em pesquisa, o que pode indicar fragilidades a serem superadas. A superação dessas lacunas precisa ser posta como prioridade, pois é a partir do estágio supervisionado que é estabelecido oficialmente o primeiro contato do acadêmico de Serviço Social com a realidade concreta de intervenção profissional, e a produção de documentos específicos da área é essencial para demarcar ou materializar o domínio profissional sobre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, ultrapassando o aspecto subjetivo e simplista.

Para além de eventuais deficiências constatadas, a própria FACSS-Breves enfrenta sérios desafios estruturais, como o quadro reduzido de docentes e a sobrecarga de trabalho, fatores que tensionam cotidianamente a qualidade e a consolidação de uma formação plenamente alinhada ao projeto profissional crítico, além de gerarem adoecimento físico e mental desses profissionais, ao vivenciarem jornadas exaustivas de trabalho para conseguirem atender as demandas da faculdade.

Por fim, este artigo reafirma a importância estratégica da formação profissional orientada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, dada sua fundamentação no materialismo histórico-dialético. A experiência formativa analisada — representada pela atuação da FACSS-Breves como polo formador de assistentes sociais na Amazônia — demonstra, a despeito dos obstáculos, ser possível e necessário construir uma formação que, ancorada no método crítico, capacite profissionais tecnicamente competentes e comprometidos

com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora e com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, defendendo e materializando o PEPSS. O fortalecimento dessa trajetória exige, portanto, um compromisso contínuo com a qualificação do projeto pedagógico e a garantia de condições estruturais adequadas para o trabalho docente e discente.

## Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

**Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social:** Edição comemorativa trilingue: 25 anos das diretrizes curriculares da ABEPSS. Brasília, DF: ABEPSS, 2022. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_202303021650422939500.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf). Acesso em: 24 fev. 2026.

ABRAMIDES, Maria B. C. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro.** 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/17800/1/Maria%20Beatriz%20Costa%20Abramides.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social:** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2012. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 24 fev. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm). Acesso em: 24 fev. 2026.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** Brasília, DF: CFESS, 2020. v. 2. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Instrumentos e Técnicas: Procedimentos e Opinião Profissional (Oral). In: CFESS. **Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica Em Serviço Social.** Brasília, DF: CFESS, 2022. p. 102–131. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCfess-DocOpinioTecnica2022-Final.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 10ª Região. **Capacitação profissional em Serviço Social.** Gestão 1996/1999, 117 p. Porto Alegre.

FALEIROS, Vicente de P. **Saber Profissional e Poder Institucional.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FONSECA, Cleomar C. da. A formação em Serviço Social: conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas. **Temporalis**, v. 16, n. 32, p. 183–203, jul./dez. 2016. DOI:

<https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n32p183-203>. Disponível em:  
[https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14181/pdf\\_1](https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14181/pdf_1). Acesso em: 24 fev. 2026.

GOERCK, Caroline; VICCARI, Eunice M. Assessoria: processo de trabalho do Serviço Social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2004. Disponível em:  
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/990/770>. Acesso em: 24 fev. 2026.

GUERRA, Yolanda. A. D. A dimensão investigativa no exercício profissional em Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 701–718.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

MATOS, Maurílio C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 678–698, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.046>. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/jj/ssoc/a/zKqHPXTYyTSPvMBrGZnzgjm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2026.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro. **Intervenção Social**, n. 42–45, p. 229–242, 2015. Disponível em:  
<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/1734>. Acesso em: 24 fev. 2026.

SANTOS, Cláudia M. dos. Instrumentos e técnicas: intenções e tensões na formação profissional do assistente social. **Libertas**, v. 4–5, n. esp., p. 220-246, jan./dez. 2004, jan./dez. 2005. Disponível em:  
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18140/9392>. Acesso em: 24 fev. 2026.

TERRA, Sylvia H. **Parecer jurídico n.º 27/98**. Assunto: Análise das competências do assistente social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo art. 5º da Lei 8662/93, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional. São Paulo: CFESS, 13 set. 1998. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/site/images/parecer%20cfess%20-%2027-98.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2026.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Faculdade de Serviço Social (FACSS). **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Campus Universitário do Marajó-Breves, Faculdade de Serviço Social. Breves-PA, 2017. Disponível em:  
[https://www.campusbreves.ufpa.br/images/documentos\\_institucionais/PPC\\_Servico\\_Social\\_2017.pdf](https://www.campusbreves.ufpa.br/images/documentos_institucionais/PPC_Servico_Social_2017.pdf). Acesso em: 25 fev. 2026.

Submetido em: 20/10/2026

Revisto em: 5/1/2026

Aceito em: 9/1/2026